

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

A TRANSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EM PERIÓDICOS: LIBERAIS EMANCIPACIONISTAS DE BAEPENDI.¹

Fábio Francisco de Almeida Castilho*

Introdução

Neste artigo abordaremos a transição da mão-de-obra no Sul de Minas, região de limite geográfico entre São Paulo e Minas Gerais que oscilou entre os diferentes modelos de mudanças no mundo do trabalho dos dois estados ao longo das décadas de 1870 e 1880. O modelo imigratório paulista exigia um vultoso capital, enquanto a alternativa mineira apostava no aproveitamento do abundante braço nacional. Nesta contenda o Sul de Minas ora pendeu ao paradigma paulista, ora restringiu-se à realidade financeira de Minas.

Um dos principais desafios da historiografia sobre o tema é diferenciar as opiniões referentes ao fomento da imigração no Sul de Minas. Em nossa incursão pelas fontes encontramos posições das mais variadas, que vão da resistência absoluta ao trabalhador imigrante, pois acreditavam que a imigração desfiguraria a identidade nacional e ameaçaria a mão-de-obra dos ex-escravos, até o apoio irrestrito, que considerava o imigrante a salvação da lavoura e elemento que multiplicaria a riqueza e o progresso da região.

Identificar com clareza estes dois pólos e demais opiniões referentes à transição da mão-de-obra no Sul de Minas é o principal escopo de nossa pesquisa. Acreditamos que a solução deste problema passa pela definição dos grupos responsáveis pelas políticas de imigração: os fazendeiros, principais interessados em solucionar o problema da mão-de-obra para manter o desenvolvimento de suas propriedades, e os políticos, representantes dos interesses de Minas no âmbito nacional.

Os periódicos locais são a principal fonte para desvendarmos este problema, pois com sua análise podemos localizar possíveis redes de ligação e formação de grupos. Com o exame da editoração destes jornais podemos definir o posicionamento de cada periódico, e conseqüente facção política envolvida na sua produção. Dessa forma nos é possível desvendar

¹ O presente trabalho conta com bolsa de incentivo do Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM/USIMINAS.

* Aluno do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora –UFJF. E-mail: fabiofacastilho@bol.com.br

os fatores que pesaram na solução encontrada para a transição da mão-de-obra no Sul de Minas.

Através da constatação que os proprietários estavam diretamente envolvidos na editoração de alguns jornais buscaremos compreender o discurso quanto à solução do problema da mão-de-obra, passando por todas as propostas aventadas, como a discussão pela imigração subvencionada ou espontânea, qual etnia deveria ter preferência na escolha dos fazendeiros, a utilização do braço nacional, etc.

A historiografia percebe esta passagem dentro do amplo quadro da constituição do capitalismo no Brasil, ressaltando as transformações socioeconômicas e a transição de relações sociais do tipo “senhorial-escravista” para relações do tipo “burguês-capitalista”². Durante este período o Sul de Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista no contexto da modernização³.

Assim, a região incrementava sua produção cafeeira, decorrente da expansão da rubiácea no Oeste de São Paulo, e investia no melhoramento de seu transporte ferroviário. Tais condições refletiram nas ambições de mando político das zonas mais dinâmicas do estado, Mata e Sul, que passaram a ter maior participação no novo jogo político que se apresentava.

Por último, o jornalismo avulta em importância, pois consiste em uma fonte ímpar que deixa transparecer, seja de modo velado ou aberto, as ações, disputas, conchavos e idiosincrasias que marcam a vida política de uma comunidade⁴. Além disso, a imprensa do período acreditava ter a função de educar seus leitores e para tanto lançava mão de diversas estratégias de persuasão. O estudo destas estratégias revela o posicionamento de cada periódico diante da crise da mão-de-obra e as soluções aventadas para o problema. No entanto, não perderemos de vista os cuidados com tendências, distorções e omissões de toda e qualquer fonte histórica. Com esta análise poderemos averiguar quais os interesses e estratégias utilizados pelos grupos produtores e políticos para impetrar a transição da mão-de-obra em Minas.

² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

³ O conceito de modernidade estará associado ao de progresso e de suas manifestações na área industrial, técnica e científica que, desde o século XVIII, orientaram processos de transformações sociais, políticas e culturais como os de urbanização, racionalização, secularização, democratização, entre outros. Essa definição aponta para identificação da idéia de modernidade com as características político-históricas e com o processo de formação, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista-industrial, tão facilmente vislumbrado no campo do trabalho. Ver: BOBBIO, N. A. op.cit.

⁴ ALVES. Francisco das Neves. **Imprensa e política:** algumas reflexões acerca da investigação histórica.

A derrocada do escravismo

No início da década de 1870 o Sul de Minas contava com uma população de 352.001 pessoas, sendo 72.223 cativas, conferindo a região o segundo maior plantel escravista proporcional da província mineira⁵. Tamanha concentração de escravos tornaria a transição da mão-de-obra na região um tema dos mais relevantes.

Falar em escravidão é falar por si só em um regime violento. Sem o direito a liberdade o escravo está sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras conseguisse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e a violência contra senhores e seus familiares, no entanto outros atos dos cativos também podiam demonstrar a insatisfação dos mesmos.

Como tal insatisfação era percebida pela elite⁶? Como se dividiram as posições diante do tema no Sul de Minas? Entre escravocratas, emancipacionistas, imigrantistas e abolicionista, diferentes soluções foram aventadas para a crise da mão-de-obra. Tais sugestões variavam do medo da emersão de uma “onda negra” ao reconhecimento da necessidade de eliminação de um regime desumano, ambas com o respaldo de discursos racistas.

Em nossa principal fonte, os periódicos do Sul de Minas, os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fogem e são procurados por seus senhores ou quando praticam crimes⁷.

Na primeira opção percebemos o quão agressivo era o regime, pois quando procurado o escravo foragido seria reconhecido graças as suas cicatrizes decorrentes de violências sofridas ao longo dos anos:

(...) o escravo tem os sinais seguintes: Estatura regular, nariz fundo, corpo regular, pouca barba no queixo, falta de dentes na frente, tem sinal de uma brecha na cabeça, tem as duas pontas das orelhas viradas para fora ou murchas, muitas cicatrizes velhas nas costas, sinal de ferro no pescoço, esperto no andar, cara desencarnada, os ossos da cara muito salientes, tem

⁵ LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. Editora Brasiliense.1988.

⁶ Entendido como minoria organizada que dirige o restante da sociedade, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo. Esta minoria – a “classe política” ou “elite governante”- é composta dos que ocupam os cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas, ou seja, é composta por todos aqueles que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo. Por último, os membros da elite possuem algum atributo específico que os diferencia da comunidade e os habilita a monopolizarem as instituições de poder, esse fator de destaque pode ser a posse de terras ou títulos bacharelescos, por exemplo. Ver: BOBBIO, N. op.cit. Ou ainda: BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1974. SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. RJ: Editora Campus, 1979. p. 59-62.

⁷ No mais das vezes os escravos não aparecem como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso da elite, que buscava soluções para a crise da mão-de-obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

idade de quarenta e tantos anos, crioulo de cor preta. (O Baependiano, 02 de janeiro de 1879, p.4).

A descrição acima, de um trabalhador cativo aos quarenta anos demonstra como era rude o regime. As marcas (sinal de brecha na cabeça, cicatrizes velhas nas costas e sinal de ferro no pescoço) adquiridas ao longo da vida sugerem o motivo pela fuga do escravo, no entanto sua identidade era mantida, ainda “esperto no andar” este sujeito histórico fugiu da fazenda onde vivia em busca de uma vida melhor.

A segunda maneira na qual o escravo aparecia nos jornais do Sul de Minas era mais incômoda para a elite, pois esta era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da “bestialidade” e da “brutalidade” dos negros “selvagens”.

Grande repercussão no Sul de Minas teve um caso ocorrido no interior de São Paulo, em Itu, quando o escravo Nazário assassinou seu senhor, suas filhas, uma empregada e outra escrava. O fato culminou na morte do escravo por apedrejamento pela população da cidade mesmo depois do mesmo já ter se entregado a polícia. O evento foi repetidamente discutido no periódico liberal “O Baependiano” e seu editor, Amaro Carlos Nogueira, passou a exigir leis mais duras para coibir crimes semelhantes.

Deu-se o fato na casa em que reside a família, no centro da cidade, rua do Comércio, esquina do Pastor do Bom Jesus. Acudiram na vizinhança e viram o seguinte: no quintal estava com a cabeça partida o Dr. Ferraz, no quarto das moças foi uma delas encontrada deitada sem vida e a outra morta aos pés da cama. Uma negra, escrava da casa agonizava ainda numa sala junto do cadáver da mulher Faustina. (...) O assassino, escravo comprado a pouco tempo nesta capital apresentou-se a polícia. (...) O assassino foi logo preso pelo respectivo delegado de polícia. Tal acontecimento causou a maior indignação e horror na população de Itu. No auge da indignação mais de 200 pessoas dirigiram-se de noite a cadeia para arrancar dali o assassino do Dr. João Dias. Os guardas resistiram e na luta que se travou foi morto um guarda e feridas algumas pessoas do povo. Como era natural isso incitou mais os ânimos. No dia seguinte, pelas duas horas da tarde, mais de mil pessoas, dentre as quais, homens, mulheres e crianças, fizeram igual tentativa com melhor êxito. O escravo, arrancado da prisão, foi apedrejado até expirar, o cadáver foi depois arrastado pelas ruas até a porta da casa do Dr. João Dias, onde ergueram-se vivas a justiça do povo. O cadáver foi depois depositado na porta da cadeia, retirando-se o povo pacificamente. (O Baependiano, 23 de fevereiro de 1879, p.2).

O crime cometido violentamente, por um escravo recém adquirido, a machadadas em um meio urbano, contra a conhecida “docilidade” do senhor, que não dera motivos para o crime e, principalmente, a forma como a narração foi construída pelo periódico, diz muito da crise da transição da mão-de-obra. A descrição minuciosa dos assassinatos tem por objetivo amedrontar a população e chamar a atenção da mesma para a situação crítica em que se encontrava o regime escravista, conjuntura que exigia uma solução imediata. Diante desta

constatação diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada que acabava por se revoltar e cometer tais crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater esses assassinos. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão-de-obra.

Ao longo deste artigo apresentaremos uma destas correntes que teve bastante força no Sul de Minas, a emancipacionista, defendida por liberais e conservadores proprietários de terras e escravos.

O Baependiano: Os liberais e o emancipacionismo

O periódico *O Baependiano* circulou pela região do Sul de Minas de 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889. Nos seus oito primeiros anos a sede do jornal esteve localizada na cidade de Baependi, mas em 31 de abril de 1884 mudou seu escritório para Caxambu. Embora em seu edital afirmasse não “desposar a causa de nenhum partido” seu proprietário e editor, Amaro Carlos Nogueira, era membro do partido Liberal e fora eleito deputado provincial mais de uma vez pelo partido, juntamente com outros colaboradores da folha. Amaro Carlos Nogueira⁸ era proprietário de terras e escravos, além de possuir uma escola e por vezes afirmou em seu jornal fazer parte da “nobre classe” – os proprietários e lavradores.

Quando na Assembléia Legislativa Amaro Nogueira defendeu projetos de promoção da imigração estrangeira. O principal deles foi a formulação da Lei nº 2.819, de 24 de outubro de 1881, que concedia favores pecuniários aos proprietários que importassem trabalhadores para suas fazendas. Amaro seria citado por seus correligionários ao longo de toda década de 1880 por suas intercessões a favor da imigração, seu nome fora lembrado inclusive na promulgação da Lei de 1887, principal regra de fomento da imigração em Minas, tida pelos

⁸ O inventário do pai de Amaro Nogueira, Tenente José Carlos Nogueira, tendo como inventariante sua esposa, Antonia Leopoldina Nogueira, no ano de 1859 esta disponível para consulta no Museu Regional de São João del Rei. Na data do inventário Amaro Nogueira, o filho mais velhos dos oito do casal, estava com 21 anos e se encontrava em São Paulo, provavelmente estudando. O inventário traz as posses do pai de Amaro, somando 114:080\$000, constando três fazendas, benfeitorias, terras, algumas casas e moradas, mas não consta o número ou valor dos escravos. O cruzamento destas informações e de outras famílias da elite do Sul de Minas vai além de nossos objetivos neste trabalho, que privilegia apenas os periódicos locais. Mas pretendemos desdobrá-la com aproveitamento de outras fontes, como os inventários, em pesquisas futuras.

imigrantistas como grande vitória. Tanto o reconhecimento pessoal a Amaro Nogueira, como a causa da imigração são temas constantes na folha de Baependi.

O Baependiano se proclamava uma folha “Científica, Literária e Noticiosa”, além de acreditar ser responsável não apenas pela informação, mas pela condução da opinião pública tendo por missão “doutrinar o povo sobre o que lhe importa saber” e vangloriava-se por ser “um dos principais diretores de opinião na parte mais adiantada do Império” (O Baependiano, 05/07/1880 p.1.). Ou seja, o periódico conferia a si próprio o papel de guiar as idéias da população do Sul de Minas, mas mais importante, se considerava o porta voz de um grupo bem definido, a elite fazendeira e lavradora da região. Por último também erguia a bandeira do interior, sempre em oposição aos jornais (em sua maioria abolicionista) da Corte e dos grandes centros populosos.

Os artigos aqui analisados são aqueles que de alguma forma discutam a transição da mão-de-obra no Sul de Minas, evidenciando a posição do grupo liberal emancipacionista. Portanto, serão assinaladas questões referentes ao regime escravocrata, aproveitamento dos nacionais, introdução de imigrantes, abolição e indenização aos proprietários. Todas estas questões o baependiano abordou e discutiu ao longo dos seus treze anos de existência, permitindo um acompanhamento claro da posição deste grupo quanto à passagem para o trabalho livre na região.

O trabalho sempre foi enaltecido por esta folha, no seu primeiro ano de circulação já comentava:

O campo é vasto e a ceara abundante (...) a obra requer o braço livre; agucemos a foice, que a ceara é fértil; e, entretanto cantemos, que o canto alegre a alma e dá tom ao corpo, cantemos um hino ao trabalho. (...)
Oh, quanto é doce o trabalho, quando tão doce vemos sua recompensa! Avante! Mãos a obra! Trabalhemos, que assim conservaremos este risonho de felicidade! (O Baependiano, 15 de julho de 1877. p. 1).

Desejando que o trabalho fosse feito por um braço livre, neste artigo não é mencionado se o mesmo seria nacional ou estrangeiro, posição que o periódico só revelaria dois anos mais tarde⁹. Mas o trecho acima em muito se diferencia do discurso ao qual estamos acostumados a relacionar com o cotidiano do século XIX. Isto é, de uma sociedade hierarquizada que diminuía o trabalhador e considerava o ato de trabalhar algo pouco brioso, era obrigado a trabalhar somente os escravos e aqueles que não tinham meios de se manter de outra forma. Aqui o Baependiano já se posiciona ao descrever o trabalho como ato que

⁹ Durante o ano de 1878 o Baependiano teve sua circulação suspensa por alguns meses, mas voltou a circular regularmente no início de 1879.

engrandece e traz recompensas para quem o faz, evidenciando as transformações que estavam acontecendo em toda sociedade brasileira no momento de transição para o capitalismo. Nas folhas do *Baependiano* o trabalho era apresentado como grande responsável pelas melhorias que chegavam à região e como principal elemento causador da modernização que o Sul de Minas vinha conhecendo.

No período em análise este periódico irá enfrentar duas grandes “batalhas” no campo do trabalho. A primeira se arrastará por toda década de 1880, em defesa de um brando emancipacionismo contra a campanha abolicionista. No entanto, vencido em 1888 inicia-se nova contenda, desta vez exigindo do governo o pagamento de indenização aos proprietários atingidos pela Lei Áurea, conhecendo nova derrota.

Resistência à campanha abolicionista

Os liberais do *Baependiano* defendiam uma emancipação gradual da escravatura, uma solução suave que se encaminharia naturalmente, sem qualquer urgência. Este grupo era extremamente contrário à campanha abolicionista e conforme o movimento aumentava durante a década de 1880, também majoravam as críticas e o combate ao abolicionismo em suas folhas.

Para o *Baependiano* em 1880 o movimento abolicionista não passava de “assomos quixotescos” e ridicularizava os jornais que defendiam tal idéia:

Em frente, pois, os abolicionistas ora em luz, em torno os quais se agruparam naturalmente todos os paladinos da emancipação (...); em frente a falange libertadora, cujo chefe naturalmente será o autor da carta aos Epítetos, o novo Paulo, ver-se-ão os escravagistas, os retrógrados, os inimigos da luz e da liberdade, constituindo número tão crescido, que seus adversários precisarão recorrer até ao apoio moral do estrangeiro para levar a bom termo a cruzada contra a escravidão (...).

De um lado o pequeno grupo dos abolicionistas recrutados em algumas classes; de outro o exército enorme dos escravagistas, composto da maioria da população do Império. (O Baependiano, 30 de maio de 1880. p.1).

Com ironia o *Baependiano* avaliava ser este um quadro fantasioso e considerava a visão abolicionista simplista e maniqueísta, pois se colocavam como paladinos da justiça contra uma nação de escravocratas. A folha de *Baependi* discordava desta argumentação e alegava o oposto, nem todos aqueles que não eram abolicionistas, necessariamente eram escravocratas. Reconhecia a necessidade de por fim a escravidão, mas de uma forma gradual, considerando o abolicionismo imediato medida radical que provocaria graves conseqüências sociais. Afirmava que a população brasileira era contra a odiosa instituição escravista, mas que uma herança de séculos não poderia ser mudada do dia para noite, era preciso cautela.

Assim a folha de Baependi, representando toda classe proprietária, repelia o labéu de escravagista sistemático e convicto. Em nome do povo brasileiro e da “dignidade nacional” negava que o Brasil fosse uma nação amiga e patrona de tal instituição. Afirmava que todo brasileiro deplorava a “triste herança” da escravidão e que desejava o seu fim, no entanto sofismava: “Aceita-se, ou melhor, tolera-se o fato porque é o fato” (O Baependiano, 30 de maio de 1880. p.1.). E desta forma lacônica encerrava qualquer argumentação a favor da Abolição imediata.

De acordo com o discurso do jornal quase toda população brasileira era contrária à escravidão e a folha se posicionava ao lado desta imensa maioria e em nome de sua dignidade combatia os assomos abolicionistas. No mesmo artigo Amaro Nogueira apresenta nova argumentação que justificava o prolongamento do regime escravo no país. Pois alegava que o escravismo no Brasil não era um regime tão violento e insuportável se comparado com o passado escravista dos Estados Unidos e com a situação do proletariado na Europa contemporânea, a condição do escravo no Brasil ainda era vantajosa:

Sempre melhor pensado e menos desprezado entre nós que nos Estado Unidos e colônias européias, tem o escravo melhorado cada vez mais de condição (...).

Acrescentaríamos que dentre os senhores, uns – e esses formam a maioria – consideram os escravos como pessoas da família, pensam-no, senão com amor, com humanidade, principalmente nas moléstias, quando em geral são objeto de mais desvelos que as pessoas da classe pobre; a que o liberto pertenceria amanhã; outros – e esses em honra do caráter nacional o declaramos, formam a minoria – esses menos humanos ou polidos não deixam, contudo de zelar do escravo, ao menos – é duro dizê-lo -, como mercadoria, como qualquer outro objeto de sua propriedade.

Volvendo depois os olhos para essa Europa (...) veríamos o proletariado a debater-se nas ânsias da fome e das privações, no meio da abundância promovida por uma indústria adiantada (...) lívidos que habitam as vielas de Londres e das outras capitais do velho mundo a incubar a revolução contra a tirania do capital e uma ordem social que a mantém, a espera do dia da subversão total, já anunciada pela Communa, pelas contínuas greves de operários, e preparado pela Internacional, pelo Niilismo e outras sociedade secretas. (O Baependiano, 30 de maio de 1880 p.1).

Neste trecho ficam nítidas duas questões presentes na mentalidade da elite proprietária do período, primeiramente a necessidade de tratar com benevolência o escravo para evitar revolta. O escravo nacional era apresentado como membro da família do senhor e assim sendo a paz reinava nas lavouras. Em outros artigos o Baependiano reforça esta mesma idéia de benevolência do regime servil nas terras brasileiras e até mesmo no seio da família Nogueira prevaleceria esta máxima, pois quando morreu uma tia do proprietário, Maria Magdalena Nogueira, em homenagem a esta senhora foi relatada parte de sua vida, passada nas lavouras da família, onde a mesma “era também mãe de seus escravos!” (O Baependiano, 02 de julho de 1882 p. 2.).

Por esta senda viria a concluir em 1888: “era entre nós a escravidão, antes uma instituição familiar que outra coisa, muito diferente do que ela foi em outros países” (O Baependiano,, 20 de maio de 1888. p. 1.). Portanto, para este grupo de proprietários a escravidão no Brasil caracterizava-se como um regime distinto de qualquer outro país, pois aqui prevaleciam à cordialidade e o tratamento respeitoso entre senhor e escravo. Esta condição excepcional do caso brasileiro, de acordo com os liberais de Baependi, permitia a manutenção do regime escravista por mais algum tempo até sua extinção natural.

Outro aspecto a ser ressaltado no artigo acima é quanto ao risco da organização do trabalho livre se aproximar do modelo europeu, onde idéias socialistas ameaçavam a propriedade e a ordem nacional. Acreditavam que o estado de privação imposto a considerável parcela da população nacional alimentaria as idéias de revolução e reviravoltas sociais, portanto fazia-se necessário um decisivo encaminhamento das questões do trabalho para não ameaçar o *status quo* imperial.

Para o Baependiano o escravo estava em melhores condições que o proletariado europeu, pois “o escravo tem, ao menos, em segurança o que lhe falta em dignidade e pode, ao contrário do proletário, encarar sem empalidecer o dia de amanhã” (O Baependiano, 30 de maio de 1880 p.1). Mas reconhecia que esta situação não era a ideal e assinalava a necessidade de algumas mudanças. A condição do escravo era apresentada como má fisicamente e péssima sob o aspecto moral devido à privação da liberdade que os cativos estavam sujeitos. O periódico reconhecia que a escravidão era um mal, mas questionava-se, como fazer esse mal desaparecer. Preocupava-se, sobretudo, com o modo de extinguir a escravidão no país sem gerar a desordem e salientava que neste aspecto se dividiam as opiniões no país, de um lado os emancipacionistas, serenos e justos, e de outro a anarquia abolicionista (O Baependiano, 30 de maio de 1880 p.1).

O periódico deixava clara sua posição contra a escravidão, mas admitia que a questão inspirava cautela. Ao longo da década de 1880 continuou sua campanha contra o abolicionismo e a favor da emancipação lenta e gradual. Combatendo o discurso abolicionista considerado exagerado, imprudente, incompleto e contrário à razão:

O que querem eles? (os abolicionistas) De que maneira levam sua propaganda?; Interessam-me – isto é belo e nobre – por infelizes que sofrem em uma terra opulenta dos dons da natureza, e querem melhorar sua sorte. Repetimos, isto é belo e nobre, digamos mais, é cristão.
Há no país indivíduos privados de um dos mais sagrados direitos do homem, da liberdade, querem restituir-lhes esses direitos, querem emancipar os escravos.
Mas como? Por que meios? Ou, antes, ainda nada se fez no Brasil por esses infelizes e a tarefa vai agora começar? Se fordes a destruir com muita violência o mal, não podeis

imprimir ao corpo social um abalo que produza piores resultados que o mal? (Grifos **nos**sos). (O Baependiano, 12 de junho de 1886. p. 1).

Para o Baependiano e todos emancipacionistas a causa da liberdade era justa, mas discordavam dos abolicionistas da forma como fazê-la, questionavam-se e não viam melhor resposta para a questão que o tempo, pois a Abolição imediata seria inconseqüente e produziria grave crise social. Antes de tomar medida semelhante era necessário educar o trabalhador nacional, elemento vadio que deveria ser disciplinado e inserido no mercado de trabalho, enquanto a vadiação era tida como “infecção terrível” que deprimia e solapava a moral e o direito da sociedade.

A solução para a questão do trabalho imbricava com o ensino. O periódico assinalava a premência de educar o trabalhador nacional tanto para a economia como para a política. De acordo com a opinião do Baependiano o nacional era carrasco e vítima da ociosidade e por tanto se tornava elemento central na solução do problema. Amaro Nogueira temia o ócio, pois este somado a fome e ao frio, que também assolavam a população brasileira, levavam-na a prática da “ladroagem e do assassinato” (O Baependiano, 23 de abril de 1879. p. 3.).

Para tais males a imigração estrangeira foi aventada como grande solução. Em diferentes momentos a introdução de imigrantes foi apresentada como principal saída da crise, pois resolveria os problemas de todas as “esferas da atividade social” e se constituiu em nova arma contra a campanha abolicionista. Por algum tempo a imigração foi defendida como solução única pelo Baependiano para minorar a falta de braços para a lavoura. O trabalhador europeu era visto como um elemento étnico que traria aprimoramentos para a raça nacional e pelos hábitos do trabalho regular estimularia a concorrência melhorando os milhares de braços nacionais, repelindo o estado de barbárie em que viviam (O Baependiano, 05 de julho de 1885. p.2.).

No que tange a imigração a província de São Paulo surgia como grande exemplo a ser copiado:

O exemplo dos paulistas deve despertar nobre estímulo em nós mineiros, que devemos sair de nossa apatia em matéria de imigração e, por meio dos poderes provinciais ou da iniciativa particular, cuidar, enfim, de atrair para nós parte da imigração ariana que com razão volve os olhos para a América do Sul. (...).

Minas oferece condições iguais, senão superiores as de S. Paulo (...). A província de S. Paulo esta posta neste caminho com previdência que lhe encalça o merecimento da iniciativa. É exemplo para imitar! (O Baependiano, 17 de abril de 1887. p.1.).

No entanto, com o tempo novas medidas foram incorporadas no discurso imigrantista de Amaro Nogueira para solucionar o problema da mão-de-obra, como o aproveitamento do

abundante braço nacional. Para discutir tais questões constituiu-se o *Club da Lavoura*, organização de alguns fazendeiros interessados em arranjar e encaminhar o suave término do escravismo na região:

O problema da emancipação dos escravos encaminhar-se-á suavemente a sua solução com uma grande corrente de imigrantes, mas não entendemos que só o problema da emancipação deve ser resolvido somente pelo da imigração, e sim também pelo aproveitamento dos milhões de braços existentes no país – os agregados, os libertos e os indígenas.

Os libertos, pela execução da sábia disposição da lei de 28 de setembro, que os coloca sob a vigilância dos juizes de órfãos e os obriga a apresentar contrato de locação de serviços.

Os agregados, por lei de trabalho, pelo melhoramento da de locação de serviços, e pela adaptação, por parte dos fazendeiros, de um sistema de arrendamentos ou de parceria, em condições razoáveis.

Aqueles e estes, pela difusão da instrução que é também o melhor meio para empregar o aproveitamento do indígena . (...)

Como medida indispensável a ser tomada concorrentemente pelos poderes do Estado, notamos a organização de uma boa polícia, que não existe no país, e, para preencher bem os seus fins, deve ser paga e independente da política.

A imigração contribuiria grandemente, é verdade, para tornar efetivas estas medidas relativas aos trabalhadores nacionais, estimulando-os pelos exemplos e pela concorrência dos trabalhadores estrangeiros, seria um grande auxílio para a solução do problema. (O Baependiano, 05 de junho de 1884. p. 2).

De acordo com o *Club da Lavoura* a cada segmento dos nacionais cabia um diferente posicionamento do Estado para “recuperá-los”. Assim, o liberto deveria ser colocado no mercado de trabalho e vigiado por juizes, o agregado readaptado à fazenda por meio do arrendamento ou de parcerias, o indígena aproveitado e catequizado e todos disciplinados, educados e ficarem constantemente sob a vigilância de uma polícia eficiente. Por último, o imigrante contribuiria com o bom exemplo de dedicação e estímulo ao trabalho.

Segundo a visão do Baependiano a constituição do nacional era vantajosa, pois ele se encontrava adaptado ao meio em que vivia e estava ciente de todas as intempéries do clima nacional, além de dominar todas as práticas agrícolas. Enquanto o estrangeiro chegaria como “um elemento de aperfeiçoamento da raça” (O Baependiano, 10 de agosto de 1879. pp.1-2), este traria consigo a preciosa civilização e sob os aspectos material, intelectual e moral era preferido ao trabalhador nacional. Portanto a conciliação de estrangeiros e nacionais passou a ser arquitetada como sistema favorito e também mais justo, por não descartar a experimentada mão-de-obra nacional que tanto já fizera pelo país.

Mas com a Abolição consolidada em maio de 1888 não sobrou alternativas ao Baependiano senão mostrar-se satisfeito com relação a alguns aspectos da Lei Áurea, como a ausência de conflitos no processo e a libertação de mais de 600.000 cativos.

Nesta data gloriosa, que assinala um dos grandes atos de nossa vida de nação (...) a lei redentora que restitui ao direito comum fração considerável da população do Império, até então dele excluída, e a faz participar dessa liberdade de que goza a maioria da população. (...)

Justo regozijo, na verdade, porque este fato, cujas glórias cabem a toda nação, que para ele concorreu, eleva-nos e notabilita-nos (sic) na consideração do mundo. (O Baependiano, 30 de maio de 1888. p.1).

Atropelados por uma pedra: discursos pela indenização aos proprietários

Terminada a questão da Abolição iniciou-se nova contenda. Depois do “justo regozijo” que a Lei Áurea proporcionou a população o Baependiano chamava a mesma à reflexão. Afirmava ser necessário discutir ações que já deveriam ter sido tomadas pelo governo antes da Abolição, que, no entanto permaneciam intocadas no país. O periódico se referia as medidas que melhorariam a vida da “classe pobre”, já que os ex-escravos passariam a compor esta classe. A discussão deste tema, por sua vez, envolvia algumas outras questões, quais eram: a educação pública, as leis do trabalho e a reorganização policial.

No entanto, o posicionamento do periódico diante de todos esses temas tocava sempre no mesmo obstáculo, a necessidade de se indenizar os antigos proprietários. A folha entrou em renhida disputa pelo direito dos proprietários de escravos serem ressarcidos pelo governo, resultando na publicação de vários artigos sobre o tema ao longo dos meses de maio e junho de 1888.

O teor destes artigos partia do reconhecimento da necessidade do fim do escravismo, passando pelos riscos econômicos e sociais que uma abolição imediata e intransigente acarretava para o país e da necessidade de indenizar os proprietários, classe injustamente espoliada com a promulgação da Lei Áurea:

Desejamo-la (abolição) como todos, ou quase todos os brasileiros, éramos do número dos que a queriam com menor abalo possível para nosso organismo social e econômico, sobretudo, a queríamos sem ofensa das leis.

A emancipação para nós era, segundo a imagem estafada, mas apropriada, a pedra que começara a rolar da montanha e que continuaria no seu caminho a despeito de tudo por força das leis naturais, que aqui eram, digamos, a consciência nacional.

Foi ela, é sempre bom recordá-lo, que fez a grande obra, e é a nação que cabem as glórias do feito, e não alguns agitadores. (O Baependiano, 07 de junho de 1889. p.1).

Mesmo após a abolição concluída o periódico lembrava o seu ponto de vista: defendera a emancipação com o menor abalo social e econômico possível e não aprovara a maneira como a Lei Áurea fora elaborada e promulgada. Considerando-a prematura. A tese emancipacionista não fora esquecida, pois, segundo a folha, representava a consciência nacional que aos poucos iria se desenvolver, tornando desnecessária qualquer antecipação do

Estado. Por último faz questão de ressaltar que a vitória fora de toda nação, recusando-se a reconhecer vitória a seus rivais abolicionistas, simples “agitadores”.

O descontentamento com a Abolição sem indenização, segundo a visão do Baependiano, culminaria em um movimento de despertar dos fazendeiros, agora unidos, que poderia abalar as bases do Império. Este é o principal mote do artigo “O Despertar”, de 16 de junho de 1888. Publicado ainda no alarido dos acontecimentos:

Creemos também interpretar a opinião geral do país, dizendo que a emancipação, não se deveria fazer sem indenização aos ex-senhores, pois propriedade legítima ou não, sob o ponto de vista do direito natural, o escravo era entre nós uma propriedade legal, reconhecida pelo Estado, que não só a taxava, permitia sua transmissão por meio de instrumentos e ofícios públicos.

(...) A nação brasileira para praticar o belo ato que praticou e que tanto a enobrece, não precisava espoliar, umas províncias em benefício de outras, alguns particulares em benefício da comunidade. (O Baependiano, 16 de junho de 1888. pp.1-2).

Portanto, o periódico considerou a abolição um atentado contra a propriedade privada pelo próprio governo. A promulgação da lei feria algumas províncias e prejudicava os proprietários. O Baependiano refutava o argumento contra indenização que dizia que a sociedade (incluindo não proprietários) não deveria pagar por usufruto de poucos. Portanto, segundo Amaro Nogueira, escravocratas não eram apenas os ex-senhores, mas toda nação que se beneficiou com o trabalho cativo e com a abolição os proprietários mereceriam uma justa indenização.

Sustentam que as vítimas do 13 de maio à devem ser indenizadas, basta-nos fazer notar que não participavam do trabalho escravo somente os que usufruíam diretamente – os senhores, e sim também todos os demais habitantes do império, não fazendo às vezes os senhores os mais bem aquinhoados da partilha. (...)

Segue-se que empregados públicos, escritores, negociantes e demais classes das referidas províncias (cafeiras) e das outras, que toda a nação enfim, participava do trabalho escravo, e que por isso toda comunidade brasileira deve suportar o ônus da indenização, que de uma forma ou de outra, deve ser concedida aos espoliados. (...)

Os lavradores, a grande classe da nação, a parte a cuja quase revelia se decidiu o passo, desperta de seu torpor, deixam o isolamento de suas fazendas e congregam-se para concertar sobre a coisa pública. (O Baependiano, 16 de junho de 1888. pp.1-2).

Com base nesta argumentação o Baependiano insistia na indenização aos fazendeiros, pois a abolição teria sido feito à revelia deste grupo que se viu diretamente prejudicado em detrimento de outras áreas em que o trabalho escravo não era mais utilizado. Cabia a parte prejudicada despertar diante da injustiça.

No entanto, a partir de novembro de 1888 o periódico Baependiano deixa de circular regularmente, alegando motivos de saúde e depois da morte de sua mãe Amaro Carlos Nogueira só volta a editar o jornal em abriu de 1889, mas com números espaçados, sem a

antiga pontualidade semanal. A folha se torna mais enxuta e até lânguida, deixa de abordar temas políticos com a mesma frequência de antes, mas quando os aborda é de maneira muito mais virulenta, diferente da ponderação que conseguia manter diante dos diferentes assuntos. Em seu último número, em 17 de novembro de 1889, anunciou a queda do Império sob o título de *Revolução*. Mas a despedida do periódico teria sido na primeira edição de 1889, quando Amaro Nogueira faz suas últimas críticas a Abolição e comenta a sua situação e a de seus leais leitores, os fazendeiros e lavradores:

Para quem escreve estas linhas, o ano de 1888 foi verdadeiramente bissexto, pelo calendário e pela sorte que lhe trouxe, o que terá acontecido a muitos de seus leitores, que, de comum com ele, tiveram a sorte de que lhes fez a lei notável, que, para ser coberta só de bênçãos, e não também de algumas maldições, como infelizmente foi, bastava que os legisladores, ao confecciona-la tivessem mais em vista a observância da fé pública, e, sem demora, a acompanhassem das providências que ela reclamava.

Assim não aconteceu, e foi má a sorte da nobre classe, a que pertence o escritor por seu nascimento e pelos melhores de suas modestas posses e também faz parte a maioria dos leitores desta folha.

O que a todos nos reserva o novo ano?... (O Baependiano. 21 de abril de 1889. p.1).

Conclusão

O grande número de artigos que abordaram o problema da mão-de-obra e as diferentes soluções aventadas demonstram a preocupação do Sul de Minas em ver resolvido o problema da mão-de-obra e dar continuidade a suas produções, principalmente a cafeeira, sem maiores abalos econômicos ou sociais.

Neste artigo procuramos evidenciar uma das condutas mais frequentes na região, a liberal emancipacionista, e demonstrar que a mesma retirava de periódicos paulistas grande parte de seus artigos e repercutia as idéias importadas com a adaptação do discurso de São Paulo a região frisando as especificidades sul-mineiras, como o clima e as condições econômicas da região. Mas o exemplo paulista era constantemente debatido e tido como modelo a ser seguido por Minas Gerais em especial pela região.

Por esta senda a imigração ganhou forças na postura do periódico analisado, a folha passou a defender uma imigração européia volumosa que contribuiria com o avanço da região. Mas o alto custo de tal empreitada e o desinteresse dos fazendeiros com a mesma levou o periódico a reformular seu discurso, revendo o papel do nacional, até então visto

como indolente e incapaz de se adaptar ao trabalho organizado que as grandes propriedades exigiam.

Neste momento de ruptura e reorganização social o trabalho passou a ser dignificado e quem o realizasse, no caso mineiro o trabalhador nacional, era valorizado na sua condição de trabalhador experimentado e acostumado com a lavoura. O discurso referente ao trabalho teve de ser mudado para adaptar-se ao modelo capitalista que se expandia pelo interior mineiro, neste processo a desacreditada mão-de-obra nacional foi transformada em eficiente braço trabalhador.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. **Imprensa e política:** algumas reflexões acerca da investigação histórica.

BOBBIO, Norberto et Alii. **Dicionário de Política.** Brasília: UNB, 1986.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores.1974.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. Editora Brasiliense.1988.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. RJ: Editora Campus, 1979.

Fontes

O Baependiano, 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889.